

Luciane Cota Nitzsche

Nos Limites da Devoção: Reflexões sobre o cotidiano em torno da  
Igrejinha do Ó no século XVIII

Artigo apresentado como  
requisito para finalização do Curso  
de Especialização em  
História da Cultura e da Arte  
Orientador: Magno Mello

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte 2007



Ó. 1) Vista Frontal da Igreja de Nossa Senhora do Ó (foto: Cecílio)

## **Nos Limites da Devoção: Reflexões sobre o cotidiano em torno da Igrejinha do Ó no século XVIII**

Luciane Cota Nitzsche  
Pesquisadora e  
professora de História.

**Resumo:** As demandas de construção da igreja naquela sociedade setecentista, nos remetem às implicações e aspirações estéticas e sociais de uma época. O presente texto nos remete à reflexão sobre alguns aspectos relevantes da *Igrejinha de Nossa Senhora da Expectação do Parto*, os que são tangíveis até o momento, através de documentação escrita e textos selecionados como referência para identificação da vivência religiosa local e temporal do século XVIII.

**Palavras chaves:** Devoção; cultura barroca; comunidade.

A pequena *Igreja de Nossa Senhora da Expectação do Parto* situada em Sabará, cidade de Minas Gerais, faz parte da dimensão cênica daquela comunidade que se desenvolveu na região das minas de ouro, em meio às montanhas. Aquela construção é mais que um produto social que qualifica o lugar. Forjada a partir da necessidade de quem vive e opera no espaço, uma capela foi feita por habitantes que precisavam intimamente de devotar suas vidas a uma devoção mariana, bem como, necessitavam de alguma prática social que lhes preenchesse a rotina.

A pesquisa porém, esbarrou na falta de documentação arrolada até o momento. Para fazer viver um determinado contexto histórico, seria de praxe nos apoiarmos em escritos de época que não dispomos ainda. Quanto à documentação específica da Igrejinha de Nossa Senhora do Ó, se perdeu num incêndio. Quanto ao arraial de Tapanhoacanga, ao qual abrigou as pessoas que mais tarde erigiriam uma pequena capela que se tornaria o “cartão postal” da cidade de Sabará, também não dispomos. Desta feita, peguemos de forma muito cautelosa, alguns textos que se referiam à vivência religiosa no século XVIII nas Minas Gerais, pela escassez de documentação que nos permitisse desenvolver uma pesquisa mais imediata.

Reparemos um conjunto de hábitos, representações mentais, manifestações artísticas e fé religiosa, que fundamentalmente chamamos de cultura barroca, está impregnada até os dias atuais no entorno da pequena igreja. São os resquícios e permanências desta cultura que caminhou junto a um início de modernidade das Minas Gerais do século XVIII.

A devoção ainda está presente entre os fiéis de forma muito dinâmica. Todas as tardes se reúnem na sacristia da pequena igreja um grupo de senhoras da *Legião de Maria*, com o intuito de rezarem juntas e programarem a prestação de auxílio a creches e pessoas necessitadas. Ainda lá, se congregam participantes da *Sociedade de São Vicente de Paula* e um grupo

que cultua o santo sudário e estuda o Novo Testamento chamado de *Sagrada Face*.

Diante das explicações dadas pelos simpáticos guias sobre a arquitetura e toda forma artística da igreja, estão turistas de diversas partes do mundo. Começa-se pelo nome: a igreja é chamada de Nossa Senhora do Ó em função das sete antífonas que são sempre precedidas por “ó!”. Acontecia sempre na semana que antecede o Natal, sendo a expectativa do nascimento de Cristo Salvador.

No dia 18 de dezembro, dia em que se festeja e homenageia a Nossa Senhora da Expectação do Parto, é também o dia em que se iniciam as aclamações expectativas: “Ó Sabedoria , que procedes da boca do Altíssimo e que de um a outro extremo dispõe todas as coisas com firmeza e doçura. Vem ensinar-nos o caminho da prudência!”

Dia 19 de dezembro é o segundo dia de aclamação quando o coro sai em procissão indo até o altar mor da igreja sempre louvando a Nossa Senhora entre muitas lágrimas: “Ó Adonai, (senhor de Israel), que apareceste a Moisés no Monte Sinai, no meio da Sarça ardente. Estende teu braço, vem nos redimir!”

Terceiro dia de graça à Mãe Santíssima: “Ó Raiz de Jessé, estandarte de todos os povos da terra, diante da qual os reis emudecem e as nações invocam o seu amparo, vem e não tardes para nos salvar!”

Assim prosseguindo até o último dia 24 de dezembro: “Ó Chave de Davi, cetro da casa de Israel, que abres e ninguém fecha e ninguém abre. Vem e livra os prisioneiros agrilhoados no cárcere, sentados nas trevas e nas sombras da morte”. Quinto dia: “Ó sol nascente, esplendor de eterna luz, sol da justiça. Vem e ilumina os que jazem nas sombras da morte!” Dia 23 de dezembro, sexto dia: “Ó rei de todos os povos, por eles tão esperando, pedra angular que une as duas partes do edifício. Vem salvar os homens que tomaste do limo da terra!” Dia 24 de dezembro, último dia de louvor: “Ó Emanuel, Deus conosco, nosso rei e legislador, esperança e Salvador de todas as gentes, vem Salvar-nos!”

Estas sete antífonas já anunciavam uma liturgia vívida, com todo um ideário de incursões bíblicas, naturalmente. Hoje, mais de trezentos anos abismam os cotidianos diante do culto de devoção dos altares de Nossa

Senhora do Ó. A praticidade atual substituiu as sete antífonas pela popular novena de Natal na comunidade. Mas, ainda se vislumbram permanências eminentes, presentes nos ritos, nas festas, no linguajar, nos gestos ainda vivos em pleno século XXI. Contudo, retornando ao mundo do século XVIII, havia uma sociedade que apostava pesado em suas alegorias de devoção, no luxo e na pompa, para atestar mais que o triunfo de Maria, e sim, o êxito da sociedade que orbitava ao redor do ouro. Os indivíduos que participaram da vida gerada pela economia do ouro, construíram uma tradição que aliava a submissão ao sagrado e a contravenção advinda de formas populares e tensões culturais que não cabiam em certos momentos na vida colonial.



Ó.2) Imagem do Altar Mor de Nossa Senhora da Expectação do Parto. (Foto: Cecílio)

O *modus vivend* das pessoas deste contexto histórico, é importante dizer, tem sua origem na Idade Média com a Reforma Protestante, que cinde a

crisandade em duas, forçando a Igreja Católica a articular o movimento da Contra-Reforma, no qual se destaca o *Concílio de Trento*, reafirmando os dogmas da Igreja de Roma. É fundada a Companhia de Jesus, verdadeira legião de guerreiros de Cristo, mensageiros abnegados que lutavam para espalhar a fé cristã no Novo Mundo. Papel muito importante exerceram os jesuítas na cultura e na arte barrocas; apesar de não se poder afirmar que foram os responsáveis por seu surgimento, existindo muita discussão a respeito. Ao mesmo tempo, a ciência natural dá os primeiros passos e o universo infinito surge aos olhos assombrados dos europeus; bem como a verdadeira hierarquia do universo: a Terra já não é mais o centro do universo.

Contexto histórico propício ao dilaceramento, ao assombro, à sensação de impotência diante do infinito, à fé exacerbada; nesse terreno fértil cresce a cultura barroca, cuja marca principal é a sensação de teatralidade do mundo, de que a vida é vã e fugidia. Impressão favorecida pelas, ainda precárias, condições materiais de subsistência da época, principalmente entre as populações subordinadas. Para afastarem o medo e a insegurança da época se tornava necessário criar esquemas simbólicos de representação coletiva. Assim a arquitetura e o traçado são instrumentos pedagógicos. De acordo com João Antônio de Paula<sup>1</sup>, a ocupação demográfica obedece a uma diversidade produtiva, diversidade social e diversidade cultural. A formação de arraiais e vilas em Minas Gerais, sem dúvida, se liga ao trabalho de extração mineral, conhecendo a partir de então, um desenvolvimento urbano muito intenso. Nas cidades está sempre a marca barroca – “a exigência ordenadora, a cidade contra a barbárie do campo, a cidade marcada pelos signos, como controle do imaginário, como hierarquia, cidade controlada”<sup>2</sup>.

Introduzir na ordem humana o sobrenatural também fazia parte do controle ideológico. Disso, tendo a Coroa portuguesa uma sócia com tal poder de persuasão, a Igreja Católica, através da prática religiosa se tornou o braço para o controle social. Como reitera Durkheim sobre as formas elementares da vida religiosa, as cerimônias e rituais públicos sempre tiveram uma função catalisadora do *etos* comunitário, funcionando como eficiente mecanismo de controle social e manutenção da rígida hierarquia da igreja militante

---

<sup>1</sup> PAULA, João Antônio, *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*, 2000.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p.46.

(Mott,1997). Desta forma, a missa obrigatória aos domingos e dias santos, entre outras práticas religiosas, auxiliou o trabalho da metrópole em formar um corpo que compensou a dispersão espacial e o isolamento social dos colonos na imensidão da América Portuguesa.

Os colonos se viam obrigados a seguir uma vida devidamente católica, pois era uma exigência social. Manter a socialização nos centros urbanos requeria ser um bom cristão que alimentasse sua vida espiritual privada e naturalmente, comunitária também. (Mott, 1997, p. 159) Uma edificação religiosa se tornava indispensável numa sociedade setecentista pela falta de tradição associativa no Brasil colônia. A igreja em si se tornaria um invólucro destas aspirações iniciais; a necessidade do povo de ter um cenário para a vivência social, além de prestar à vivência do contato com o sobrenatural e místico deste período. Sendo neste espaço privilegiado que se ensinava as dignidades da vida cristã para bem viver e bem morrer através dos sermões e conversas clericais. A casa de Deus, que se postula como um verdadeiro portal entre os mundos visível e invisível, possuía importante papel de *locus* da devoção, da piedade, dos castigos e das sociabilidades gerais.

Assim possuindo primordial importância para a comunidade local, em 1717, um edifício religioso singelo foi solicitado por um grupo de devotas de Nossa Senhora da Expectação do Parto. Setenta braças de terra seriam suficientes à construção de uma capela simples no arraial de Tapanhoacanga<sup>3</sup>. Uma capela, evidentemente, precária e provisória foi assim construída, sendo ampliada em 1719 por Manoel da Mota Torres (Vasconcelos, 1964), bem como foi responsável pela execução em talha do arco-cruzeiro. Nele vislumbramos elementos como arabescos , flores miúdas e um pelicano em cada lado das pilastras com fuste em talha gorda, símbolo de Cristo e da Eucaristia, que de acordo com Affonso Ávila<sup>4</sup>, a decoração do arco-cruzeiro data de aproximadamente 1725. Acrescentou-se nesta época o átrio, o corpo da igreja com recobrimento em madeira talhada com seus painéis e pinturas, bem como uma sacristia. Era tudo o que necessitava a comunidade naquele momento. Somente em 1782, irá ser modificado o frontispício que passa a ser chanfrado e acrescido de uma torre central com sino.

---

<sup>3</sup> APM. Cód.9.1713/1714-137

<sup>4</sup> ÁVILA, Afonso, *Igrejas e Capelas de Sabará*, 1976.

Diante desta cronologia construtiva é importante ressaltar que havia emocionante vivência religiosa bem ao gosto barroco dentro da Igrejinha. Praticava-se sempre atos de submissão plena e contrição. O som do sino penetra em todos os cantos da vila fazendo assim a vida acontecer, marcando como um relógio todos os momentos de uma pessoa, do nascer ao falecer. Em face da devoção intensa estava séria advertência contra as vaidades mundanas. A carga simbólica que carrega o homem barroco está presente em inúmeras manifestações, inclusive nas edificações. Tudo está a lembrar da condição efêmera da humanidade. Tudo é vaidade, com base no texto bíblico que mais claramente acentua o vazio da materialidade humana - Eclesiastes. Nele se afirma: "Assim como saiu nu do ventre da sua mãe, do mesmo modo sairá desta vida, sem levar consigo nada do que adquiriu" (Ecc. 5:15), ou "onde estão agora as brilhantes insígnias do consulado? Onde estão os aplausos, os coros, os banquetes, os festins? Todas estas coisas passaram, foram noite e sonho". (Ecc. 10:17) Nele se faz alusão ao entorpecimento pelos prazeres mundanos, um torpor que anula a reflexão serena, a lucidez, a clarividência, e se avisa que o tempo na terra é limitado - "todas as coisas têm o seu tempo" (Ecc. 3:1).

Porém, na prática, a sociedade formada a partir de uma vaidade, deixou em sua forma estética alguns subsídios para pensar um pouco mais sobre o espetáculo da fé nesta comunidade, compondo um panorama da época.



Ó.3) Visão geral da Igreja (Foto: Cecílio)

A igreja obedece à moda “nacional português”, estilo que consagra a 1ª fase do barroco, contendo em seus retábulos colunas torsas ou salomônicas, coroamento em arcos, revestimento inteiramente em talha dourada ou policromada de azul e vermelho, ao gosto oriental. Com relação às chamadas



“chinesices” do arco-cruzeiro acenam para um estilo “nacional-popular” que o barroco assumiu. Supõe-se que o pintor de tais ornamentos seja Jacinto Ribeiro, natural da Índia, segundo Ávila (1976), ou que, talvez, tenham sido copiadas de louças recolhidas de Macau, então colônia portuguesa, como sustenta Vasconcelos (1964). O fato é que este estilo retrata uma dialética cultural que agrada por ser popular pousado no erudito. No dizer de João Antônio de Paula, “a singularidade da vida política e cultural, tal como se verificam em Minas Gerais, a partir do século XVIII, como fundantes do processo de construção nacional” é que compõe e traduz um sistema cultural cuja realização está na liberdade de expressão. Seria uma originalidade do barroco mineiro, apesar da universalidade do fenômeno, causada pelos conflitos sociais e bem como das diferenças existentes entre as Ordens Terceiras. Desta feita, seria possível encontrar no barroco mineiro uma produção artística autônoma, com elementos laicos e profanos utilizando materiais típicos da região. O barroco entre as montanhas de Minas não é expressão do poder absolutista, mas de certa forma, contra o poder, como atesta ainda Antônio de Paula:

Uma paisagem cultural, uma civilização urbana, a cultura barroca tal como aclimatada pelo gênio e pelas circunstâncias das gentes da terra. Um barroco que em lugar de ser a expressão dos interesses do Absolutismo e da Contra-Reforma, foi, nas Minas Gerais, expressão da liberdade criativa (Paula, 2000).

A dicotomia entre cultura popular e cultura erudita é retratada em *Barrocas Famílias*. Através de indícios em testamentos, batismos, entre outras fontes do gênero, Luciano Figueiredo pesquisou as práticas familiares que permitissem compreender essa dimensão popular em Minas:

A família legítima, sob o sacramento do matrimônio, aparece como o lugar em que estaria atenuada as tensões da espiritualidade e assegurada a reprodução da disciplina social e moral (Figueiredo, 1997. p. 16).

Então, ter uma edificação religiosa assumia um significado maior e imediato. A demanda de uma construção religiosa estava ligada ao enorme esforço da Igreja Católica para afirmar-se institucionalmente e a família era uma peça vital para a cristianização e normatização social. As obrigações

cristãs coletivas bem como o casamento, que teria um caráter social, assossegaria e faria obedientes “os povos”. O pedido de uma capela partindo de mulheres devotas, nos leva a imaginar que as famílias que viviam na região do antigo arraial de Tapanhoacanga, já estavam constituídas. Apenas necessitavam de um local adequado para se congregarem e permanecerem no mais louvável caminho cristão. Afinal, é muito importante a prática doméstica da religião, sim, mas a liturgia, enquanto culto público e oficial, se faz imprescindível, pois “quando dois de vós se unirem sobre a terra para pedir, seja o que for, consegui-lo-ão de meu Pai que está nos céus. Porque onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles”<sup>5</sup>.



Ó.4) Altar Mor (Foto: Cecílio)

O antigo arraial de Tapanhoacanga, que outrora fez limites desde a confluência dos rios Sabará e das Velhas até as proximidades com o Arraial da Barra do Sabará, agora se fundia a partir de 1711, transformando-se em uma importante vila: Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Centro que caminhava para um nível de urbanização e dinâmica demográfica regional que se conferirá como uma das áreas mais populosas do Brasil no século XVIII e XIX.

O arraial de Tapanhoacanga foi fundado pelo paulista Bartolomeu Bueno Silva, o célebre Anhangüerra, desbravador das montanhas com um só objetivo na mente: enriquecer encontrando ouro ou pedras preciosas nos frescos lotes. Há também, de se investigar alguma referência documental sobre o nome do arraial, sendo uma possível apropriação da linguagem indígena ‘tapanhoacanga’, que significa de acordo com Capistrano de Abreu, “cabeça de negro”. O termo ‘canga’ se referia ao rejeito de minério de ferro que era de cor preta e possuía muita porosidade, assemelhando-se aos cabelos enroscados

---

<sup>5</sup> BÍBLIA SAGRADA.

dos escravos. Sugere, assim, que a região em que foi construída a Igrejinha do Ó, fosse um lugar de lavras que possuía a presença de muitos escravos, pois um lugar não ganha um nome à revelia de suas condições ordinárias. A denominação do arraial de Tapanhoacanga faria menção à extração mineral da época e a utilização de sua mão-de-obra.

Bartolomeu Bueno Silva, cognominado o Feio, e mais tarde o Anhanguera, não foi um comerciante de descendência portuguesa que veio até as minas oferecer seus serviços. Após a expansão do ouro se desenvolveu uma concentração urbana composta de uma burocracia civil e militar, bem como de uma plutocracia de contratadores. Diante de tal capacidade urbana de gerar serviços – religiosos, jurídicos, comerciais, artísticos etc, a necessidade de uma rede comercial era premente. Porém, a hegemonia destes negócios na colônia, prontamente, estaria nas mãos dos portugueses que compunham a elite mercantil estabelecida nas minas (Furtado, 1999). Desta forma, as relações comerciais estabelecidas nas concentrações urbanas do ouro não possuiriam autonomia absoluta, dependeriam exatamente das relações de subordinação colonial.

Este caráter conturbado da expansão da extração do ouro, ao mesmo tempo inaugura um processo de enriquecimento dos padrões construtivos, da ampliação de serviços e equipamentos, de incremento da sociabilidade e das relações simbólicas, bem como, dos conflitos entre a cultura popular e a cultura oficial. O próprio Conde de Assumar pontua a colônia como “terra de tumultos e motins, tumba da paz”.

Amenizando-se a agitação entre emboabas e paulistas com o governo de Antônio de Albuquerque, a inquieta sociedade mineradora se acomodava passando então, a se dedicar com mais entusiasmo à vida social através de festejos e procissões religiosas. Essas solenidades esbanjavam somas astronômicas e se avistava apenas vestígios do verdadeiro significado do evento – a promoção da fé cristã. Abafando os anseios devocionais, o júbilo era expressão da coletividade que estava mais interessada na pompa e luxo despendidos. De acordo com Laura de Mello e Souza em *Desclassificados do Ouro* (1982), o estado de euforia da sociedade mineradora desta época tem há ver mais com o “regozijo dos sentidos do que propriamente com o comprazimento espiritual”, descortinando uma das inúmeras contradições da

comunidade mineira. Aqui, nos deparamos, mais uma vez, com os limites da devoção impostos por uma sociedade que cultuava de forma ostensiva o metal precioso. Assim, Antonil em seu livro *Cultura e Opulência no Brasil*, alerta sobre “os danos que tem causado ao Brasil a cobiça, depois do descobrimento do ouro nas minas”, até na vivência da fé. “Nem há pessoa prudente a que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro, para castigar com ele o Brasil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro” na visão de Antonil.

Para as pessoas completamente envolvidas no modo mineiro de ser, se via que nas igrejas se exercitavam atos de submissão e humildade. Fora delas, a luxúria e a cobiça, encarnadas no brilho do ouro. O ouro era tão farto e abundante que se presenteava com barrinhas de ouro por ocasiões banais; muitos dentes de ouro substituíram dentes podres; muitos tetos residenciais foram forrados de ouro; e basta reparar na quantidade de alforrias documentadas nos arquivos no início do século XVIII. Tantos escravos conseguiram comprar com ouro a sua liberdade! O fausto aqui, ainda não era tão falso. A riqueza ainda não se apresentava como pobreza. Não ignorando que este fausto não pertencia à totalidade do povoamento. Este se constitui também mais um dos aspectos contraditórios que se apresenta na sociedade devota do ouro – a disparidade socioeconômica.



Ó.7



Ó.8

Balaustrada do Altar mor (foto: Cecílio)

Com relação às disparidades sociais presentes nas vilas mineradoras mais que em nenhum lugar da terra, podemos observar algo que talvez tenha relevância. Em Portugal as diferenças entre classes eram menos profundas. “A elite branca, acastelada e minoritária demograficamente, protegia-se por detrás

de balaustradas e colunatas próximas” (Mott, p. 161), sendo esta “estética” segregadora dos menos afortunados reproduzida em vários templos da colônia. As diferenças sociais na colônia mineira eram profundas e podem ser também observadas na constituição da Igrejinha do Ó, não esquecendo que, além das funções religiosas, era também ponto de reunião social. Ali se celebravam casamentos, batizados, primeiras comunhões, só não servia de cemitério para as famílias. Na Igrejinha de N<sup>a</sup> Sra. Do Ó a balaustrada apenas divide o altar mor de sua nave, as pessoas que ali habitavam se misturam sem que a riqueza de uns incomodasse, tanto quanto a pobreza de outros. A riqueza maior era de poucos, aqueles que tinham um bom plantel de escravos com os pés plantados no rio bateando o ouro. Mas ocorria a revelia, a mistura de classes, principalmente nas capelas e igrejas das vilas mineradoras, pois “o espetáculo luxuoso procura apresentar como sendo de muitos, de todos, desde os nobres senhores do Senado até o mulatinho e o gentio da terra” (Souza, p. 23). Apesar de Laura Mello e Souza ter nesta frase se referido à uma época em que o ouro estava escasseando, apresenta de qualquer forma, um aspecto interessante da sociedade estabelecida nas minas: alguma tolerância social dada a mobilidade que a mineração permitia. Muitos ali chegavam com a roupa do corpo e eram promovidos na medida em que o ouro brilhava. Havia uma massa de escravos e aventureiros em busca de riqueza, gente da mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes e prostitutas - negócio esse muito lucrativo pela “demanda” de mulheres.

Verifica-se até mesmo uma respeitosa relação entre o povo branco e as irmandades negras quando “sabemos que o Rosário dos Pretos, quando ainda capelinha, abrigou o Sacrário Paroquial, e que na igreja dos africanos teve orgulho português de vir buscar Santíssimo para o Triunfo Eucarístico... Pretos e brancos, no mundo religioso, colocavam-se, como poderes soberanos vizinhos, em pé de igualdade” ( Machado, p. 200 ). Lenda ou não, sugere a convivência conveniente entre classes e etnias.

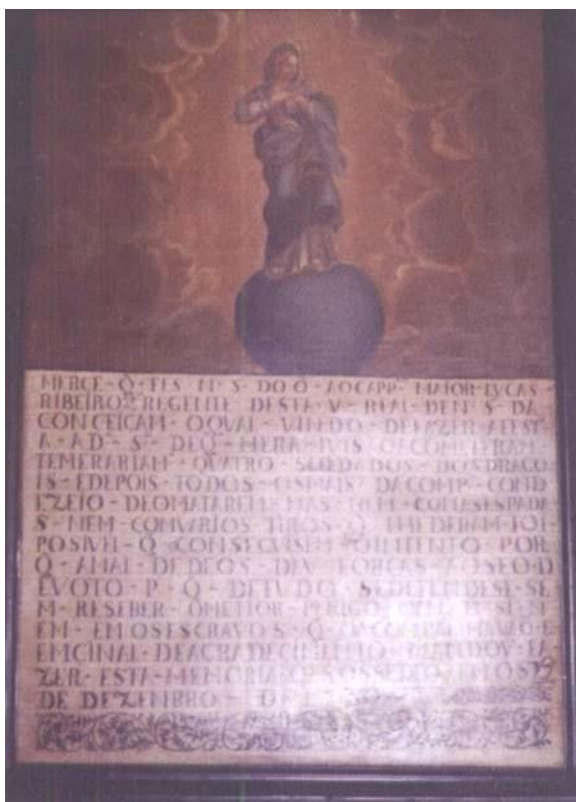


Ó.5) Vista da entrada da Igreja e do coro com balaustrada. (Foto: Cecílio)

### De Volta ao Ó

Ao entrarmos no Ó, vemos do lado esquerdo, uma pia de água benta e do outro lado está um ex-voto. O quadro se situa na parte inferior do coro, medindo 125cm de altura e 90,3 cm de largura, considerado de dimensões expressivas para uma memória de graça alcançada pela Santa Senhora de devoção. Pintado em óleo sobre tela, representa a Virgem do Ó, pisando o globo, entre as nuvens que separam um mundo visível e um invisível. O autor, que parece ser o mesmo dos painéis laterais, deu mais ênfase à inscrição do que à imagem, onde se lê:

Mercê que fez Nossa Senhora do Ó ao Capitão Mor Lucas Ribeiro de Almeida, regente desta Vila Relá de Nossa Senhora da Conceição, o qual, vindo a fazer a festa a da dita Senhora de que era juiz o acometeram temerariamente quatro soldados da Companhia dos Dragões, e depois, todos os demais da companhia, com desejo de o matarem, mas nem com as espadas, nem com vários tiros que lhe deram não foi possível de conseguirem o seu intento, porque a Mãe de Deus deu forças a seu devoto para que de tudo se defendesse sem receber o menor perigo, nem em si nem em seus escravos que o acompanhavam. Em sinal de agradecimento, mandou fazer esta memória que sucedeu em 29 de dezembro de 1720.



Ó.6) Ex-voto encomendado pelo Capitão Mor Lucas Ribeiro de Almeida. (foto: Cecílio)

Este ex-voto é um testemunho público que demonstra como no imaginário barroco o mundo não passava de um campo de batalha entre as forças do bem e as hostes do demônio. Vencia aquele que promettesse uma mercê à Majestade Divina (Mott, p.174). Refletia deste modo, sua relação íntima e respeitosa com o santo de devoção, o fiel atestava publicamente que sem a sagrada ajuda de Nossa Senhora do Ó não teria sido capaz de sair ileso da emboscada feita pela Companhia dos Dragões.

O fiel capitão-mor foi quem autorizou, construí e ampliou a igreja do Ó. Por tanto seu vínculo com o sagrado lugar era por demais estreito. Sua devoção nunca poderia ser colocada a prova, pois era um homem virtuoso no seu trato reverente com a Santa Mãe. Nas suas orações recorria constantemente a Ela e, atendido, obtinha várias graças. Uma destas graças, estando ela pendurada na igrejinha, testemunha que sua necessidade foi atendida.

De acordo com um documento<sup>6</sup>, vimos que o dito capitão-mor da Vila Real de N<sup>a</sup> Sra. Da Conceição do Sabará era um feliz proprietário de “vinte e seis escravos, uma casa e um serviço de tirar ouro”. O abastado senhor viveria bem se não fossem as resoluções de D. Brás Baltasar, que as executavam sobre os mineiros em nome del’rei. A questão suprema da época se dignava a cobrança dos quintos, que não se tratava de um “imposto governamental e sim de uma contribuição” sendo cobrada a partir de um pacto entre senhorio e inquilinos (Vasconcelos, 1974). Certamente, este pacto não agradou os inquilinos colonos, ocasionando várias rusgas. Convém lembrar, que toda vez em que não eram alcançados os valores estipulados pela metrópole de 30 arrobas, “corria uma finta geral ou *derrama*” (Vasconcelos, p. 128). O temor da derrama era enorme, mas, a medida se fazia necessária porque os “mineiros” eram por demais “surdos a conselhos e advertências” reinóis, forçando introduzir atitudes de ordem com bastante freqüência. O próprio fundador da antiga Vila de Tapanhoacanga, o Anhanguera, antigo potentado paulista, desgostoso das tensões locais, se mudou para Goiás, levando família e escravos em 1717. Minas era um reduto de emboscadas.

O fato é que apesar de ser Capitão Mor, Lucas Ribeiro de Almeida foi atacado pela milícia metropolitana na época em que se festejavam os dias que antecedem o Natal. Possivelmente, o ocorrido se deve a conflitos de forças tarifárias, já que o descontentamento dos senhores de “serviços de ouro” era geral. Lucas Ribeiro era um dos descontentes com a atuação tão repressiva as quais os Dragões das Minas faziam executar. Certamente que sendo ele dono de 26 escravos que lhe faziam a boa tarefa de produção do ouro em seu terreno minerador, o fez desentender-se de alguma forma com o poder del’ rei. Apesar de ser ele um homem tão fiel e devoto, parece que a Santa Mãe deu-lhe forças para que ele abandonasse a Vila Real pouco tempo depois do atentado. O Capitão mor vendeu seus 26 escravos, seu “serviço de tirar ouro” e sua casa com todos os utensílios dentro ao seu Mestre-de-campo Dom João de Castro Sotto Mayor no final do ano de 1720. Com toda certeza, não tomou esta atitude por desprender-se ou renunciar-se materialmente. Não era a encenação de nenhum castigo por ter tido tanto numa cultura que

---

<sup>6</sup> MO – CBG: LN(CPO) 3 (2) 71 Fl. 99v/101.



recomendava viver de forma contrita. O que teria feito realmente, Lucas Ribeiro de Almeida abandonar a Vila, é tema de investigação, o fato é que, o drama que divide o homem entre mundanidade e transcendência está em toda parte do mundo barroco. Várias representações pictóricas se postulam como verdadeira pedagogia cultural.

Esta dicotomia - mundanidade e transcendência é, de certa forma, observada em sua ostensiva utilização de folhas de ouro. Já que era para a casa de reverência divina não podia faltar o luxo e a pompa. Para dignificar as divindades nunca era pouco embelezar e preencher todos os espaços vazios, mas para o indivíduo, ser de extrema vulnerabilidade, deveria seguir o exemplo que estava retratado nos painéis parietais da Igreja. Belíssima lição de vida emoldurada em friso de talha de acanto. Datáveis de 1720, as pinturas em têmpera estavam baseadas em gravuras européias antigas sobre textos apócrifos da vida de Cristo. A primeira delas retrata a viagem de Jesus, Maria e José ao Egito. A Sagrada Família se encontra em um bosque com palmeiras em que se vê Nossa Senhora sentada tranqüila embaixo de uma delas. Tem em uma de suas mãos os frutos da palmeira e com a mão direita segura o Menino Jesus.

Segundo o texto do “pseudo” Mateus, Nossa Senhora teve uma enorme vontade de comer um dos frutos da palmeira e comentou com Jesus e este, prontamente ordenou que se curvasse a palmeira para que sua mãe pudesse assim alcança-la.

A utilização dos textos apócrifos é mais uma irreverência da Igreja, além das “chinesices”, que atesta o caráter mais livre de oficialidades que é reflexo de uma sociedade que a aprovou e a cultuou.



Ó.9) Maria descansa sob uma palmeira com o Menino Jesus.

(Foto: Cecílio)

Logo, apresenta-se um painel com o tema tradicional da apresentação de Jesus no Templo. Maria e José consagram seu pequeno filho ao Senhor levando consigo duas pombas para sacrifício.

O terceiro painel retrata a Sagrada Família descansando à sombra de uma macieira. Nossa Senhora olha para José que está oferecendo uma maçã ao Menino Jesus nu de mãos estendidas para pegá-la. Com sua mão esquerda São José segura um cajado e atrás dele está um jumento com sino no pescoço, amarrado a um tronco de árvore.

Os outros painéis se dedicam da mesma maneira ao conto da vida infantil de Jesus, em sua maioria, contando com a presença de sua santa mãe,

“comadre uma, duas ou três vezes de todas as mães católicas da época, era colocada junto a cama das parturientes para propiciar boa hora, apagando de sua mente a lembrança de dores e sofrimentos. Tomada por comadre, isto é, sendo a sua coroa tocada na criança à hora do batismo, esconjurava todo e qualquer perigo de futuro malogro” (Mott, p. 166).

Mãe e madrinha de todos os habitantes da região, velava por eles, e os perdoava sempre através das obrigações espirituais. Se naquelas pinturas, havia a simplicidade da vida da Sagrada Família, na vida das famílias mineiras havia muitos conflitos por ordem de um sistema que se impunha mais engolidor e enganador do qual não se poderia escapar. Mas a fé salvaria através das obrigações várias da vida cristã bem como pelo negócio da oração que habita no coração. A oração era sincera e “considerada o alicerce da vida espiritual”. Pelo menos nesses momentos de profunda abnegação, teria de se “subjugar as vontades ao beneplácito divino”.

Ó.10) Púlpito da Igrejinha: Manuel da Mota Torres foi contratado em 1719 para realizar a obra da igreja, incluindo “um púlpito forrado de almofadas” (Vasconcelos 1964). “Por outro lado, o púlpito tal qual ele existe, não se ajusta às especificações do contrato (...) trata-se, por tanto, de peça introduzida na capela, talvez à mesma época da torre e sino (1782)”... (foto: Cecílio)



O exemplo de Jesus estava em realizar as coisas essenciais do cotidiano, as extraordinárias nunca estão presentes em seus feitos. Apesar da grandiosidade de seus atos, como de fazer se curvar uma palmeira, eles servem para necessidades elementares do ser humano. Se nos parece pouco nobre a transformação da água em vinho durante as bodas em Caná na Galiléia, lembremos que foi um pedido desprezioso, quem sabe, de sua querida mãe. Este registro é comum encontrarmos nas Igrejas, possuindo este mesmo tema a *Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Sabará*. A pintura do Ó mostra o momento em que Cristo benze a água para a transformação.

Se aos doze anos ele já discutia as Escrituras com os Doutores da lei (Lc 2, 46-47) assentado num trono, como demonstrado no 2º painel à esquerda, Jesus em si, não pede riquezas nem luxo. “Seja humilde como Jesus” é a mensagem cristã. Mas, como sê-lo, naquela comunidade ostentada e sustentada pela fartura do ouro? Quantas desventuras e agruras motivadas pela cobiça e luxúria promovidas pelo brilho no fundo da bateia! Se tudo é vão e fugidio as pessoas optavam inconsciente: ou se dedicava mais às coisas mundanas ou às coisas sagradas. Ou se lançava a uma gangorra que oscilava com muita cumplicidade de todos, passando aos olhos de hoje como simples hipocrisia.

No 3º quadro à esquerda da nave há a cena da fuga para o Egito. A Virgem Mãe sentada no jumento, traz consigo o Menino Jesus com o rosto colado ao seu. No canto superior está a legião de soldados executando pessoas à revelia. Atrás de Maria está uma cabeça de boi numa paisagem composta de árvores, palmeiras, flores, um tronco partido e montanhas. Certamente, uma tímida referência ao *Vanitas*, estilo artístico que recorre à um simbolismo macabro para lembrar que “do pó vieste e ao pó voltarás”. A origem iconográfica das *vanitas* na arte da pintura, remete a representação de São Jerônimo eremita. Livros e folhas soltas são símbolos da especulação intelectual do Doutor da Igreja; o crânio humano e a ampulheta também, lembrando a todos que assim o contemplam, do poder avassalador do tempo. A presença das flores no painel do Ó, lembra a efemeridade da vida, assim como o tronco interrompido é um sinal de renovação vital, pois a vida é apenas o caminho da vida eterna. A fugacidade do prazer frutivo da música é

representada em pinturas de outras igrejas, por partituras e instrumentos musicais, indicando a teatralidade do momento histórico do barroco em Minas Gerais. São alentos, ao mesmo tempo, que amenizam a cruel verdade irrefutável, mórbidas e escatológicas, da tragédia humana. Numa sociedade onde a precariedade material estava numa vida e, porque não lembrar, da medicina de poucos recursos e desenvolvimento, sendo de se esperar o apego aos santos de devoção, e para espantar o temor da morte, apresentava-se a própria ilusão macabra. A própria imagem do senhor morto dentro do tumulo do altar mor sugere uma pedagogia tenebrista: braços estendidos com as mãos abertas, com chagas. Tem por todo corpo respingos de sangues, chagas nos joelhos e no peito. Sua carnação rosada impressiona. Diz que possuía cabelos naturais.

O forro de caixotões da nave é dividido em 15 painéis com arabescos, ornamentado com volutas contendo ao centro símbolos marianos: Casa de ouro, oliveira (Eclesiastes), escada de Jacó, Cedro (Eclesiastes), lua (apocalipse e Cântico dos cânticos), palmeira de Cádiz, espelho de justiça (ladainha do espelho sem mancha), sol (apocalipse e cântico dos cânticos), poço das águas vivas (Cânticos dos Cânticos), flores (ladainha da rosa mística), estrela matutina, árvore de Jessé (Ezequiel), Cidade de Deus (salmo 84), Torre de Davi (ladainha), e um deles perdeu-se pela má conservação dos painéis.



Ó.11) A casa de Ouro (Domus Áurea). (Foto: Cecílio)

O forro em caixotões da capela-mor mostra a trajetória de Santa Maria, também baseado em textos apócrifos: Infância; apresentação de N<sup>a</sup> Sra. ao Templo; Imaculada Conceição, em que está sobre o globo terrestre sem o crescente e sem a serpente, carrega um ramo de lírio, símbolo de pureza; anunciação; casamento com José. Exemplo de cristandade a ser seguido pelos fiéis.

A imagem de Nossa Senhora do Ó que está no altar mor data de início do século XVIII, possuindo muita semelhança às imagens de origem portuguesa. Geralmente ela aparece grávida, usando manto ou túnica pregueados, com as mãos postas ou cruzadas sobre a cintura. Os cabelos semi-soltos. Após o *Concílio de Trento* (1545-63) a Igreja desaconselhou a representação de Maria grávida.

Dividindo o altar mor com N<sup>a</sup> Sra. da Expectação, está também a imagem de Santa Bárbara. A invocação mariana está ligada à proteção da artilharia, bem como antes do trovão se chama por Santa Bárbara para proteção. A devoção a esta santa é compreensível se consideramos as condições muitas vezes, hostis de Minas Gerais. A imagem apresenta consigo uma palma de mártir na mão direita!



Ó. 12) Santa Bárbara no altar mor. (Foto: Cecílio)

Para concluir esta pequena incursão aos limites da devoção que esbarram nas relações estabelecidas na sociedade aurífera de Minas Gerais, certamente, requer muito mais investigações para compor um panorama mais fiel à sua época. A história, é importante que se diga, também se sedimenta em formas, desta maneira podemos tirar informações das manifestações artísticas, pois elas contêm em si uma memória que permanece por muito tempo viva.

Sendo as manifestações artísticas fontes de seu tempo e lugar, as possibilidades de pesquisas são enormes se unirmos a outras fontes. Explorar, discutir, medir, pautar, chegar o mais próximo possível da imagem da época.

## Referências Bibliográficas:

SOUZA, Laura Mello e. *Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro: Gral, 1982.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol. 2. Brasília: Ed. Itatiaia.1974.

VASCONCELOS, Silvio de. *Capela de N<sup>a</sup>. Sra. do Ó*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1964.

ÁVILA, Afonso. *Igrejas e Capelas de Sabará*. In: Barroco 8. Belo Horizonte, UFMG, 1976. p.37

PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: |Ed. Autentica, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida, *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas Gerias no século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, Coleção Reconquista do Brasil.

MACHADO, Lorival Gomes . *Barroco Mineiro*. Ed. Perspectiva

MOTT, Luiz. *Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o calundu*.  
In *História da Vida privada no Brasil: cotidiano e vida Privada na  
América Portuguesa* / org. Laura de Mello e Souza – São Paulo:  
Companhia das Letras, 1997.